



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA AMÉRICA LATINA E PADRÃO CIVILIZACIONAL NO CAMPO DA PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO CAPITALISTA

José Rubens Mascarenhas de Almeida*

(UESB)

RESUMO

Esta comunicação diz respeito a um recorte do atual estado da arte da produção acadêmico-científica de pós-doutoramento do autor, na UNAM (Universidade Nacional Autónoma do México). Diz respeito à pesquisa interdisciplinar acerca do estágio atual de desenvolvimento científico e tecnológico sob as relações de produção imperial capitalistas. Neste recorte, o autor aborda a produção científica e tecnológica na América Latina e a concepção civilizacional hegemônica no campo da produção/reprodução imperial capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina; ciência e tecnologia; padrão civilizacional.

INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Francesa de 1789, tida como o ápice da liberdade – permeada pelo terror liberal-revolucionário de então –, o capital (então competitivo) marcou sua trajetória permeada de totalitarismo (regime do terror jacobino francês). De lá para cá, a relação do liberalismo com regimes totalitários tonou-se um tanto corriqueira: desde o nazismo até a implantação do neoliberalismo (aquilo que se pensara ser ultraliberal), passando pelas ditaduras civil-militares da América Latina.

* Doutor em Ciências Sociais pela PUCSP, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pesquisador do Museu Pedagógico/UESB e do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais – PUCSP. Bolsista da Capes, BEX 6825-14-1.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Na atualidade, o pensamento único, típico da “globalização”, permeado pelo poder absoluto do “mercado” (supostamente “livre”) é altamente marcado pelo globalitarismo (totalitarismo em escala planetária) burguês, em seu conjunto nomeado de “neoliberalismo”. Nesse encaixo, são pertinentes algumas questões: teria sido mera coincidência o fato de a burguesia caracterizar o liberalismo justamente para impor aquilo que, filosoficamente, seria seu contrário? É demasiado dizer que o século XX, assim como o alvorecer do XXI, foi azeitado pela violência totalitária da dominação burguesa? Seria anacrônico repetir a velha pergunta pautada no contexto da “liberdade plena” da Revolução Burguesa de 1789 que aludia aos tantos crimes cometidos em nome da liberdade, mas justamente contra ela?

Aquele momento do nascimento do “Estado de Direito” e da queda do direito divino típico do absolutismo tradicional deu lugar a outro tipo de absolutismo, nascido das novas relações de produção que a sociedade burguesa punha em prática em substituição às velhas, marcadas pelos tradicionais laços de vassalagem tipicamente feudais, enterrando sua classe adversária. Tais mudanças vieram a substituir o velho absolutismo por um de novo tipo, institucionalizado a partir do Estado.

O “trabalho livre”, surgido dessa relação, inaugurou um novo “contrato” que transformava a força produtiva do trabalhador em labor alienado. Dessa nova relação de produção, um paradoxo se estabeleceria como eixo da contradição central do sistema. Teoricamente predizia que o trabalhador era “livre como os pássaros”, na prática, porém, no exercício de tal liberdade, seria ‘escravizado’ ao submeter seu único bem (força de trabalho) ao capital. A suposta liberdade do trabalhador se esmaçava ante as necessidades vitais a que estava subsumido nas novas relações de trabalho, vendo transformada sua força produtiva em mercadoria. A dominação à qual o produtor direto fora sujeito nos albores da modernidade – e que se perpetuaria até os dias de hoje – não tinha o mesmo caráter das sociedades anteriores, fundadas na tradição, mas assumia uma



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

condição jurídica e material que respondia pelo preceito da propriedade, agora totalmente privada. Esta era uma relação absoluta, como absoluta era a tradição servil da sociedade anterior.

O discurso ilustrado do Iluminismo, à medida que a Revolução encarnava seu caráter essencialmente burguês, esvanecia em sentido, principalmente o da propalada liberdade. A realidade da sociedade burguesa fazia sucumbir a liberdade dos modernos, que entrara em choque não só com relação à dos antigos, mas também com o sagrado direito da propriedade, ao ponto de Benjamin Constant, em discurso pronunciado no Athénée Royal de Paris, em 1819, propor uma atenção especial às duas liberdades: a individual e a política, como se duas distintas coisas fossem (CONSTANT, 1985).

Ainda no final do século XIX, aprofundou-se uma crise, em todos os seus contornos: cultural, econômica, social e política. Nesse contexto, a produção científica, assim como toda e qualquer produção, estava intrinsecamente relacionada à realidade objetiva das relações predominantes, num processo de interconexão. A crise mais geral daquele conjunto de coisas e relações às quais se denominara modernidade, nos marcos do positivismo cientificista de finais do século XIX e início do XX, se desenrolou no biologismo, marcado socialmente pelo darwinismo. Em outras palavras, nos marcos biologistas da luta pela sobrevivência, surgia o darwinismo social, entendendo que sobreviviam os que melhor se adaptavam ao meio em que se encontrava inserido; no campo econômico e político, os socialistas traduziam isto como luta de classes. Nos discursos cientificistas, levaria às teses assepsistas do social evolucionismo.

Eram tempos em que o grande capital já não se encontrava premido pela competitividade, atuando no campo das relações imperialcapitalistas, no qual o desenvolvimento das empresas e de seu gerenciamento, impelia “o mercado” a tomar, virtualmente, o lugar do Estado como instituição regulamentadora da relação capital/trabalho, dividindo com este projetos de desenvolvimento social e econômico, como também científico e tecnológico. Por um lado, a crise geral do



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

capitalismo exigia saídas urgentes; por outro, o biologismo em voga apontava para uma espécie de darwinismo social, marcadamente liberal.

Nos momentos de crise aguda, o capital busca compensação, abrindo espaço às inovações científicas e tecnológicas, que passam a prestar grandes serviços à produtividade de seu modo de produção, através do desenvolvimento de novas energias, ferramentas, processos e produtos, promovendo riqueza e pobreza, comodidades e desconfortos simultaneamente, marca da ciência e tecnologia forjada na modernidade.

Os incrementos advindos do histórico processo da produção científica e tecnológica moderna mostraram-se, na prática, um complexo processo de indução da inteligência humana em pontos definidos, propiciado por condições materiais em vigor. Como todos os avanços técnicos da história do capitalismo, desde a mais tenra modernidade, foi apropriado no sentido da acumulação capitalista. Do ponto de vista da produção material, o domínio da tecnologia, assim como a capacidade de impor-lhe ritmo de desenvolvimento, por quem também detém os meios de produção implica uma superioridade capaz de promover/manter a ascensão econômica de uma classe sobre outra. Em outras palavras, no sistema capitalista, o domínio científico e tecnológico acena, também, para o engendramento, manutenção e expansão (em extensão e profundidade) do capital sobre o trabalho, agindo diretamente no processo de produção e reprodução do sistema do capital.

Nesse processo, cada elemento está, de uma ou outra maneira, relacionado, e estas relações formam, como entendia Luckács (1967, p. 240), na própria realidade objetiva, correlações concretas, unidades ligadas entre si de modos completamente diversos. Nesse sentido apontamos a supremacia da ciência na sociedade moderna e seu uso como elemento de poder.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA MODERNAS E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Ao atentar-se à história do capitalismo, vê-se que, concomitante ao



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

desenvolvimento da acumulação e concentração de capitais, mudanças tecnológicas substanciais ocorreram, atingindo o âmago da relação capital/trabalho: do artesanato independente à manufatura; desta para as máquinas eletromecânicas; e daí para a eletrônica, a mecatrónica e à robótica, com seus *chips* de computadores de última geração, baseados na nanotecnologia. Foram estágios distintos caracterizados por suas nuances, sendo inegáveis as conquistas advindas desse processo de modernização produtiva e, conseqüentemente, societária, embora não acompanhadas pela socialização de seus frutos. Avanços como os da medicina (curas e descobertas de males e prolongamento da expectativa de vida humana, embora excludentes); políticos (a conquista da liberdade humana em relação ao esmagador domínio teocrático; a supressão, mesmo que não total, do despotismo e sua substituição por um tipo de poder político institucional, embora restrito); econômicos (aumento da produção e disponibilidade de bens, embora acessível à parcela privilegiada da sociedade), entre outros.

Alguns aportes humanísticos acerca desse processo põem em cheque o papel da ciência – e da tecnologia, por conseguinte – como a única responsável pela transformação do mundo e de nosso modo de vida. Schrödinger (2009) é um dos que criticam seriamente a ideia aportada por cientista que atribuem à ciência moderna e seus aportes tecnológicos a promoção da felicidade da raça humana. Fugindo ao ufanismo desses cientistas, Schrödinger afirma que a ciência moderna não se diferencia, essencialmente, das disciplinas humanísticas como a História, a Filosofia ou a Geografia, que contribuem igualmente no desenvolvimento de nosso conhecimento.

Ao mesmo tempo em que, nos quatrocentos anos de vigor da ciência moderna, marcados tanto por avanços sociais quanto por problemas gerados e que antes não existiam, uma preocupação especial paira: sua atual condição de instrumento típico não de desenvolvimento social, mas de apropriação privada na lógica acumulativa do capital. Assim, algumas questões devem ser alentadas acerca



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

da produção científica sob o imperial capitalismo e das quais não podemos prescindir, apesar do exíguo espaço, assim como apesar do estágio da pesquisa em tela ainda não nos permitir respondê-las: Existe mesmo um controle da produção científica pelo capital? Se sim, que vínculos inter-relacionam a produção/reprodução do conhecimento e as relações de produção/reprodução capitalistas na atualidade? Que princípios e lógica regem a produção/reprodução do conhecimento – processo socialmente construído – atual, condicionado às estruturas de produção/reprodução sociais? Que processo transforma a produção científica em tecnologia a serviço da produção e acumulação capitalistas? E se a resposta é positiva, quem domina e se apropria da produção social do conhecimento e de que forma é capitalizada? Como afeta a lógica do capital às ciências e à sua produção? Que questões se põem à ciência, para além de seu papel no processo produtivo/reprodutivo das relações capitalistas hoje? Sob a forma de dominação capitalista, a produção científica só reproduz as assimetrias pertinentes ao sistema, ou consegue suplantá-las? Aliás, qual o sentido de se desenvolver cientificamente? Qual o sentido de se desenvolver tecnologicamente? Ou perguntar, a la Schrödinger (2009): a ciência, que bem faz ao homem?

Sem pretender responder a todas estas questões de forma analítica e processual, por conseguinte, não se entende este processo e não se aproxima de uma verdade histórica sobre ele. Trata-se de refletir acerca dos mecanismos e meios de lidar com o fenomênico e sua essência, a partir da identificação de práticas socioprodutivas, dos processos de sua apropriação e de dominação político-econômica. Assim, trata-se de problematizar como sendo de preocupação precípua não só das Ciências Sociais – mas também delas – as consequências advindas da apropriação da produção científica – como também tecnológica –, já que a relação de poder que aí se estabelece passa por questões econômicas, políticas e sociais advindas de relações perpetradas por segmentos que usufruem de sua condição de detentor dos meios de produção/reprodução capitalistas – e da produção científica, por conseguinte – em detrimento dos interesses sociais. Inda



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

porque a ciência – principalmente através da produção tecnológica – como qualquer outro instrumento a serviço da classe dominante, em mãos capitalistas converte-se em importante meio de dominação social. Sob o domínio da burguesia, o conhecimento científico tem contribuído para o processo de reprodução sistêmica. Por sua vez, a tecnologia – atualmente conhecimento científico aplicado à produção – estende a sobrevivência da acumulação de capital, inibindo possíveis contribuições no sentido de dignificar a existência humana. Sob o capitalismo, tornou-se crescente o papel da ciência na produção de tecnologia e quase toda a sua produção passou a ser direcionada no sentido de propiciar melhores condições de produção de mais-valor e dar seu contributo no processo de concentração e centralização de capital.

A AMÉRICA LATINA E SUA HISTÓRICA CONDIÇÃO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A produção científica na América Latina, tal qual seu processo de industrialização, é tardia, como veremos, por questões históricas. No contexto da colonização, a própria Europa era sacudida por uma sucessão de fatos que se tornariam históricos e romperiam a característica unidade da Idade Média. Dentre estes, os mais significativos foram:

a) O Renascimento, em cujo caráter humanista, recuperou a cultura helênica e romana, os textos originais da literatura clássica, assim como as artes, seu estilo arquitetônico. Isto implicava romper com toda uma lógica centrada no medievo, dentre as quais a centralidade da religião, o teocentrismo (sustentado pelo terror do fogo do inferno) que, sem outra opção, passava pelos umbrais da Igreja Católica e colocar no centro a natureza. Defendia que a vida era mais que um vale de lágrimas, como pregava a Igreja, e que poderia ser mui prazerosa, e estava fora do âmbito do suposto mundo pós-morte.

Outro fenômeno foi o protestantismo, que levou, como consequência, à Reforma Religiosa, influenciando na desestruturação da Igreja como poder dual ao



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

secular e preparando as bases teocrático-filosóficas para a ascensão da burguesia europeia, inaugurando uma nova relação entre Deus e os homens, sem a mediação de algumas estruturas tradicionais.

Por fim, a Revolução Científica, que aqui nos interessa mais de perto, por trazer como parâmetro a quebra de “dogmas” estabelecidos no campo científico. Dogmas mui parecidos com os introjetados pela Igreja, instaurando uma ciência diferenciada da que se tinha conhecimento até o século XVII, eliminando a ideia da terra como centro do universo e do homem como centro da criação, trazendo a natureza como referência; questionando a autoridade do dogma fundado nas Sagradas Escrituras como a verdade absoluta e inquestionável, pondo em seu lugar a natureza.

Todos estes fenômenos (Renascimento, Protestantismo e Revolução Científica), implodiram os séculos XVI, XVII e XVIII, fundando um divisor de águas na cultura não só europeia, mas mais também do resto do mundo. Na Península Ibérica, um fenômeno triplo dividiria a importância da demarcação da nova Idade histórica que surgia impulsionada por esta gama de importantes fenômenos: a Reconquista, a expulsão dos judeus safardita – que marcaria a retomada da economia pelos Reis Católicos; e a conquista da América. Este conjunto de fatos parece ter entorpecido Espanha e Portugal, que rejeitaram o movimento revolucionário em pauta no resto da Europa e suas ideias, aferrando-se aos valores do medievo, como o da centralidade da Igreja Católica, entre outros.

Até os processos emancipatórios da América Latina (grosso modo efetuados entre 1808 e 1825), as condições coloniais não permitiram o desenvolvimento de uma ciência latino-americana. Mesmo nas décadas que preencheram o século XIX após as “independências”, o clima não era estável para seu florescimento, não conseguindo romper o espectro colonial. O elemento novo surgido das emancipações foi traduzido no nacionalismo, tendo sido o fato mais significativo do século XIX para a região. Sua estabilidade política só viria no decorrer do século XX, o que faria sua produção científica tímida, marcada por poucas expressões,



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

marcada pelo *scientifismo* eurocêntrico.

Inserida na divisão internacional do trabalho como especializada no fornecimento de matérias primas, mão de obra barata, produtos primários e consumidora de produtos de alto valor agregado: manufaturados, industrializados, de tecnologia ponta, a região foi, ao longo da história do desenvolvimento capitalista, penalizada sem qualquer oportunidade de desenvolvimento autônomo. Esta conformação, uma vez consolidada, permitiu aos países centrais do capitalismo mundial, em contrapartida, se especializar na produção e exportação de tecnologia de ponta, de alto valor agregado, o que produzia e reproduzia sua posição de domínio sobre a América Latina, perpetuando sua histórica condição de interdependência desfavorável.

Mesmo quando da Industrialização Substitutiva de Importações (ISI), esse procedimento foi levado a cabo pelo capital monopólico, que abriu caminho às multinacionais, que procederam ao engendramento das relações capitalistas na região, adentrando os mercados internos latino-americanos, beneficiadas por legislações trabalhistas repressoras das classes trabalhadoras e condições incomparavelmente superiores das de seus países de origem: generosos incentivos governamentais (conseguidos a reboque da corrupção institucional) que lhes asseguravam a oferta de ampla e barata mão de obra barata e fartura de insumos.

Este processo de industrialização periférica indicou avanços das forças produtivas no desenvolvimento capitalista, invadindo esferas da produção social (agricultura, indústria, transportes) e da circulação de mercadorias (setor de serviços em geral), gerando possibilidades de intensificação da exploração da força de trabalho e da sua capacidade produtiva, atuando paralelo ao aumento do desemprego estrutural e do estrangulamento das organizações trabalhadoras nativas. Num mundo marcado por uma ampla propagação da técnica e dos sistemas eletrônicos, da informática mais especificamente, os meios de comunicação adquiriram *status*, cabendo-lhe a organização política do homem comum, formando opinião, informando, divertindo, educando, enfim, rearticulando



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

a partir dos interesses subjacentes ao grande capital, seu detentor.

Ao assimilar a produção de uma tecnologia quase obsoleta ou em processo de obsolescência – comparada à dos países centrais – o papel do domínio tecnológico por parte dos países centrais, como afirmara Caldwell (1979, pp. 80-81), garantiu na periferia procedimentos e métodos de produção qualitativamente inferiores aos seus modelos. Essa conformação impôs às economias periféricas um modelo econômico nos padrões de interdependência, caracterizado pelo predomínio do setor primário da economia interna, de modo a facilitar a espoliação imperialista. Uma vez consolidada esta condição – retroalimentada pelo incentivo dos centros capitalistas ao investidor estrangeiro no exterior (mecanismo de reprodução) – impulsionava-se o avanço do capital externo na periferia, perpetuando-se um processo histórico que, ao mesmo tempo em que incentivava o investidor estrangeiro à aplicação no exterior, inibia o investimento interno. Prostrada no aparelho estatal, a fração burguesa latino-americana ligada ao capital monopolista internacional, tratou de introduzir novas tecnologias capazes de ampliar e garantir o processo de acumulação capitalista internacional, ao invés de tentar rompê-lo.

Assim, contrariamente ao discurso dominante, a expansão industrial latino-americana, nas condições adversas em que a região foi inserida na divisão internacional do trabalho não lhe garantiu a entrada na esfera dos países desenvolvidos (do ponto de vista capitalista), reforçando os pressupostos marxianos quanto ao aumento da composição orgânica do capital. A centralização de capitais robusteceu e acelerou os efeitos da acumulação capitalista, tanto no centro quanto na periferia, precipitados pelas mudanças na composição técnica do capital. O aumento da parte constante do capital em detrimento da variável resultou na diminuição da demanda relativa por força de trabalho (MARX, 1984, p. 198), um dos principais elementos do processo produtivo em que se especializara a periferia na divisão internacional do trabalho. O resultado dos incrementos tecnológicos no processo produtivo industrial-burguês desmascarou, essencialmente, o discurso do interesse coletivo, explicitando seus limites e



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

distorções.

Ao atentarmos para os avanços técnico-científicos dos anos 1960, vemos que eles favoreceram minimamente o crescimento da exportação industrial da região, resultado da sua histórica inserção na divisão internacional do trabalho como especialista na exportação de artigos primários e matérias-primas e consumidora de produtos de valor tecnológico agregado.

A AMÉRICA LATINA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA COMO PADRÃO CIVILIZACIONAL

A história tem mostrado que, especialmente sob o capitalismo, é insustentável o argumento de que o surgimento e a proliferação de tecnologia – como também da ciência – tem como ponto de partida a necessidade de solução de problemas biológicos e sociais básicos do homem. Partindo de Basalla (2011), que enfoca a pertinente questão a respeito da definição de necessidade na argumentação acerca da produção de tecnologia, vemos que grande parte dos estudiosos – e mesmo historiadores do tema – ainda insiste em definir tecnologia, originalmente, como uma solução material desenvolvida pelo homem para resolver aspectos de suas necessidades imediatas, mais especificamente biológicas. Para Basalla, é preciso relativizar a necessidade como pressuposto do surgimento da inventividade humana, inclusive pela relatividade do conceito: o que é necessidade para um povo, pode não sê-lo para outro, ou de uma classe social para outra. Exemplo clássico disso é o desenvolvimento da Europa como civilização através do uso da roda. No entanto, este não foi o caso da mesoamérica, que se desenvolveu através do transporte humano, fluvial ou do Oriente Próximo e de povos da África, que tiveram de abandonar o uso da roda, pois, como tecnologia, atravancava seu desenvolvimento social e econômico. Conclui-se assim que o uso da roda, como tecnologia, atendia às necessidades da cultura (e topografia) europeia, mas para outras culturas se mostrou inviável. O conceito de necessidade, então, era localizado e específico, atendendo a um determinado contexto



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

sociocultural.

Ao concordarmos com Basalla com respeito à relatividade do conceito de necessidade e desta como promotora da inventividade humana, queremos refletir uma questão que se desdobra desta: se a necessidade não é universal, trata-se de um construto humano e social, o que a torna susceptível à conformação individual, de grupo social ou povo. Em ampla escala, tal discussão envolve a cultura e aponta para o fato de que a trajetória da humanidade não se fez de forma homogênea. Partindo deste pressuposto, pela presunção eurocêntrica ao indicar como suposto padrão de desenvolvimento civilizacional o seu (marcado por indicadores modernos: uso da roda, a existência de urbanidade, Estado centralizado, religião oficial, etc.) abre uma pertinente discussão. Pela falta de espaço, exploramos aqui apenas o suposto consenso indicativo do uso da roda como sinal indicador de civilização, ressaltando o caráter ideológico a que ele atende.

Um determinado padrão civilizacional que não atenta para as particularidades de cada tempo e lugar históricos e culturais, que busca homogeneizar culturas, economias, políticas, etc., a partir de um padrão dominante, é altamente ideológico. A leitura de Basalla (2011) nos indica que existiam e existem alternativas tecnológicas que não necessariamente passam pelo uso da roda e que a opção de um determinado artefato tecnológico advém de escolhas objetivas e subjetivas, o que nos leva a compreender que o caminho tomado por aquilo que se entende por humanidade não seja universalmente o mesmo. Cada povo propõe seus próprios caminhos a partir de suas condições objetivas e subjetivas que o envolve. Em suma, um só determinado padrão cultural não pode servir de modelo universal, por passar pelo processo social de forjamento de necessidades e desejos.

Resta-nos, por fim, analisar se esse princípio pode ser o mesmo em sociedades dominadas por um sistema geral cujas relações se interconectam em escala planetária, como é o caso do capitalismo atual, o que cremos que não. Nesta perspectiva, relativizamos a teoria de Basalla, o que não nos impede de concordar



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

com ele quanto ao fato de que as necessidades podem – ou não – serem reais e que atendem a especificações culturais (não são processos naturais), são construtos sociais que atendem a forças maiores de estruturas e conjunturas, históricas ou não. Nossas reservas apontam para o fato, nos dias atuais, de conformação cultural – exceto em casos isolados – de cultura que, em última instância, não atenda aos pressupostos fundadores do sistema que se tornou planetário, o imperialcapitalismo. Trata-se de um sistema totalizante e totalitário que soçobra imperdoavelmente qualquer relação social que encontra pela frente, transformando-a à sua imagem e semelhança. Ou seja, define-a como mercadoria, dá uma feição mercantil inclusive às necessidades que fabrica. Virulência que não deixa de atingir a produção tecnológica, científica e mesmo de saberes.

CONCLUSÕES

A tentativa de legitimação do surgimento e uso de novas tecnologias por supostas necessidades humanas já não cabe na atualidade, quando o sistema, através de seus inúmeros aparatos, é capaz de forjar necessidades que, até o momento, não se apresentavam, dando uma face ideologicamente construída, como é o caso do atual consumismo que alimenta, azeita a máquina produtiva e reprodutiva do sistema. Por outro lado, uma vez aplicado à produção capitalista, o conhecimento científico (tornado, então tecnologia), além de potencializar a acumulação de capitais através da aceleração de sua rotação, aumenta a capacidade de extração da mais-valia, já que também gera desemprego (controlando o valor da força de trabalho no mercado) através do uso de técnicas e tecnologias.

Nesse processo, a América Latina historicamente responde como particularidade de uma totalidade sistêmica de acumulação de capitais, assim condicionando também sua produção científica e tecnológica.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

REFERÊNCIAS

- BASALLA, George. **La evolución de la tecnología**. Barcelona: Crítica, 2011.
- CALDWELL, Malcom. **A riqueza de algumas nações: uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. In: Revista Filosofia Política num. 2, 1985.
- LUCKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SCHRÖDINGER, Erwin. **Ciencia y humanismo**. Coleção Metatemas. 3ª. Edição. Barcelona: Tusquets, 2009.